



INSTITUTO DE LETRAS – IL  
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS E TRADUÇÃO – LET  
BACHARELADO EM LETRAS/TRADUÇÃO ESPANHOL

FRANCIELLY DE SOUSA EDUVIRGES

**DESAFIOS NA TRADUÇÃO PARA O ESPANHOL DO CURSO “COMUNICAÇÃO  
SOCIAL APLICADA AO SISTEMA PENITENCIÁRIO COMO FERRAMENTA DE  
PREVENÇÃO E GESTÃO DE CRISE”**

Brasília

2025

FRANCIELLY DE SOUSA EDUVIRGES

**DESAFIOS NA TRADUÇÃO PARA O ESPANHOL DO CURSO “COMUNICAÇÃO SOCIAL APLICADA AO SISTEMA PENITENCIÁRIO COMO FERRAMENTA DE PREVENÇÃO E GESTÃO DE CRISE”**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Letras – Tradução Espanhol.

Orientador(a): Prof.<sup>a</sup>. Me. Magali de Lourdes  
Pedro

Brasília  
2025

FRANCIELLY DE SOUSA EDUVIRGES

**DESAFIOS NA TRADUÇÃO PARA O ESPANHOL DO CURSO “COMUNICAÇÃO SOCIAL APLICADA AO SISTEMA PENITENCIÁRIO COMO FERRAMENTA DE PREVENÇÃO E GESTÃO DE CRISE”**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Letras – Tradução Espanhol.

Brasília, 8 de dezembro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Magali de Lourdes Pedro  
Orientadora

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Sandra María Pérez López  
Avaliadora Interna

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Marta Ingrith Molina Cabrera  
Avaliadora Externa

*Dedico este trabalho à minha mãe, Maria das Mercês de Sousa, a mulher que me fez mulher e que sustentou meus passos quando minhas forças vacilaram.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha mãe, Maria das Mercês de Sousa, que em nenhum momento me deixou desistir, me acolheu nos dias difíceis, acreditou em mim quando eu mesma duvidei e me lembrou, a todo o tempo, que eu era capaz. Ela foi minha mãe, meu pai, minha amiga, minha guia, meu porto seguro e a ela devo tudo.

Agradeço aos meus amigos, que durante esses cinco anos acolheram cada uma das minhas inquietações. Obrigada por me ouvirem com paciência, por oferecerem palavras de coragem quando eu só tinha cansaço e por me lembrarem, mesmo nos dias mais pesados, que eu não caminhava sozinha. A presença de vocês tornou o processo infinitamente mais possível.

Agradeço ao Paulo Neres, meu amigo, meu irmão de alma, a pessoa que me acompanhou no primeiro dia de aula e permaneceu comigo até o último. Obrigada por celebrar comigo as pequenas e grandes conquistas. Este trabalho também carrega um pedacinho de tudo o que construímos juntos ao longo dessa jornada.

Agradeço ao Juan Sotero, cuja presença constante foi como um abrigo nos dias difíceis. Obrigada pelas conversas e pelo incentivo incansável. Sou profundamente grata por ter compartilhado esta caminhada com alguém tão generoso e cuidadoso.

Agradeço às minhas colegas de trabalho e amigas da vida: Beatriz Carvalho, Jéssica Leal, Giovanna Jael e, em especial, Malú Pôrto. Obrigada pelos puxões de orelha, pela motivação diária, pelas cobranças, que foram essenciais para o andamento deste projeto, e, acima de tudo, por tornarem o cotidiano mais leve e humano.

Agradeço à minha orientadora, professora Magali de Lourdes Pedro, por sua dedicação e paciência. Obrigada por todo o suporte acadêmico ao longo desses anos.

Agradeço igualmente às professoras que compõem a banca examinadora, por dedicarem seu olhar crítico e suas valiosas contribuições a este trabalho. Estendo também minha gratidão à Universidade de Brasília (UnB), por tornar possível a minha formação gratuita e de qualidade. A educação vive e, enquanto vive, transforma.

## RESUMO

Este trabalho busca fazer uma análise comparativa da tradução português-espanhol do curso criado pela Secretaria Nacional de Políticas Penitenciárias “Comunicação Social Aplicada ao Sistema Penitenciário como Ferramenta de Prevenção e Gestão de Crise”/“*La COMUNICACION SOCIAL aplicada al sistema penitenciario como herramienta de prevención y gestión de crisis*”, e os desafios presentes na comunicação multicultural das particularidades nacionais. Desse modo, busca-se entender como foi feita a tradução considerando as diferenças na estrutura governamental, sistema prisional e legislações dos países envolvidos, que desfrutam de inúmeras diferenças culturais e em sua organização estatal. Nesse sentido, entende-se que o processo de tradução do curso enfrentou desafios para estabelecer as correlações entre as estruturas de poder brasileiras, haja vista o curso ser ofertado para diferentes países falantes do idioma. Para análise, foram utilizadas as discussões trazidas por Aixelá (2013) sobre Itens Culturais-Específicos (ICEs) em Tradução, as tipologias de tradução documental e tradução instrumental descritas por Nord (2025) e a noção de incomunicação discutida por Maio e Pereira (2024).

**Palavras-chave:** Tradução. Curso técnico. Sistema Prisional. Tradução documental. ICEs.

## RESUMEN

Este trabajo busca realizar un análisis comparativo de la traducción portugués-español del curso creado por la Secretaría Nacional de Políticas Penitenciarias "Comunicación Social Aplicada al Sistema Penitenciario como Herramienta de Prevención y Gestión de Crisis"/"La COMUNICACIÓN SOCIAL aplicada al sistema penitenciario como herramienta de prevención y gestión de crisis", y los desafíos presentes en la comunicación multicultural de las particularidades nacionales. De este modo, se busca comprender cómo se realizó la traducción considerando las diferencias en la estructura gubernamental, el sistema penitenciario y las legislaciones de los países involucrados, que presentan numerosas diferencias culturales y en su organización estatal. En este sentido, se entiende que el proceso de traducción del curso enfrentó desafíos para establecer las correlaciones entre las estructuras de poder brasileñas, dado que el curso se ofrece a diferentes países de habla hispana. Para el análisis, se utilizaron las discusiones presentadas por Aixelá (2013) sobre Elementos Culturales Específicos en Traducción, las tipologías de traducción documental y traducción instrumental descritas por Nord (2025) y la noción de incomunicación discutida por Maio y Pereira (2024).

**Palabras clave:** Traducción. Curso técnico. Sistema penitenciario. Traducción documental. Elementos Culturales Específicos.

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Descrição do público-alvo em português e espanhol .....	22
Quadro 2 - Objetivos do curso em português e espanhol.....	22
Quadro 3 - Seleção de siglas contextualizadas em português e espanhol .....	24

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO 1 Fundamentos teóricos e contextuais</b> .....	<b>12</b>
1.1 Referenciais teóricos para a análise da tradução institucional do curso .....	12
1.2 A comunicação social no contexto penitenciário e sua relação com a tradução .	16
<b>CAPÍTULO 2 Descrição do corpus e metodologia</b> .....	<b>17</b>
2.1 Contexto institucional do curso .....	17
2.2 O curso analisado: natureza, finalidade e estrutura geral .....	18
2.3 Recorte e constituição do corpus do curso.....	18
2.4 Metodologia .....	19
<b>CAPÍTULO 3 Análise das escolhas tradutórias</b> .....	<b>22</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>32</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>33</b>
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>35</b>

## INTRODUÇÃO

Traduzir materiais institucionais, especialmente quando eles transitam entre diferentes sistemas legais e administrativos, exige muito mais do que apenas encontrar palavras equivalentes. É preciso considerar a estrutura da organização, a forma como a comunicação se dá e, além disso, aspectos culturais. Nesse contexto, este estudo se propõe a analisar a tradução, para o espanhol, do curso intitulado *Comunicação Social Aplicada ao Sistema Penitenciário como Ferramenta de Prevenção e Gestão de Crise*, que faz parte das iniciativas de formação da política penitenciária brasileira.

Trata-se de um curso técnico ofertado com o objetivo de promover a capacitação de servidores e gestores prisionais atuantes no sistema penitenciário brasileiro e está disponível, em seu segundo ciclo, na plataforma EAD ESPEN, vinculada à Escola Nacional de Serviços Penais (ESPEN), e ao Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (SINESP). O material original, em português, foi elaborado sob a responsabilidade da ESPEN, enquanto a versão em espanhol ficou a cargo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Como o material se destina a servidores e gestores falantes de espanhol, que atuam em sistemas penitenciários distintos do brasileiro, espera-se que a tradução comunique o conteúdo de maneira eficaz. No entanto, o curso contém muitas referências específicas do Brasil (como siglas, órgãos públicos, instituições e leis) cuja compreensão não é imediata para profissionais de outros países. Isso leva o tradutor a tomar decisões cruciais sobre adaptação, equivalência ou explicação. Assim, este estudo examina as traduções dessas referências específicas para o espanhol e avalia como as escolhas de tradução impactam potencialmente a compreensão do público-alvo.

Dentro desse contexto, o presente trabalho pretende, como objetivo geral, analisar, a partir de um recorte representativo, como a tradução para o espanhol do curso “Comunicação Social Aplicada ao Sistema Penitenciário como Ferramenta de Prevenção e Gestão de Crise” tratou uma amostra das siglas, instituições e referências administrativas brasileiras, indicando as estratégias tradutórias empregadas para esses elementos.

Já como objetivos específicos, esta pesquisa visa a:

- Identificar as siglas, órgãos, leis e demais referências institucionais brasileiras presentes no texto-fonte em sua tradução para o espanhol.
- Observar uma aplicação prática da *Skopostheorie*, proposta por Hans Vermeer (1978) e, posteriormente, discutida por Christine Nord (2016).
- Descrever as estratégias tradutórias adotadas para esses itens culturais específicos (ICEs), com base nas categorias propostas por Aixelá (2013).
- Comparar a apresentação desses elementos no texto em português e no texto em espanhol, destacando os procedimentos de tradução empregados.
- Examinar em que medida a presença de elementos culturais e institucionais brasileiros contribui para a incomunicação, descrita por Maio e Pereira (2024).
- Investigar como a ausência de explicitação sobre o caráter monocultural do curso no material traduzido impacta a compreensão do público-alvo, à luz da tipologia de Nord (2025).

Para atingir seus objetivos, a presente pesquisa adotou uma metodologia qualitativa de caráter documental e discursivo, que compreende a leitura do material original e sua tradução, a delimitação do corpus e a análise das escolhas tradutórias com base no referencial teórico selecionado.

Em termos de organização, após esta Introdução, o Capítulo 1 é dedicado ao referencial teórico que alicerça a pesquisa. O Capítulo 2 detalha o corpus e os procedimentos metodológicos, contextualizando o material em seu âmbito institucional. O Capítulo 3 desenvolve a análise das opções tradutórias e, por fim, as Considerações Finais sintetizam o percurso da pesquisa e os resultados alcançados.

Com isso, inicia-se o Capítulo 1, dedicado ao referencial teórico que sustenta este estudo.

## CAPÍTULO 1

### Fundamentos teóricos e contextuais

#### 1.1 Referenciais teóricos para a análise da tradução institucional do curso

Aplicada ao corpus em questão, o ponto de partida para a análise das escolhas tradutórias reside na teoria do *skopos* (*Skopostheorie*), proposta pelo linguista Hans Vermeer (1978), onde “Reiss e Vermeer (1984) sustentam que é o tradutor quem determina o *skopos* da tradução”. Essa teoria estabelece o propósito (*skopos*) do texto-alvo (TA) como critério determinante de todo o processo de tradução. Segundo Nord, (2016, p. 29), o *skopos* prevalece sobre a equivalência formal com o texto-fonte (TF), exigindo que a tradução satisfaça o encargo definido pelo iniciador. No entanto, é responsabilidade do tradutor, como especialista na cultura-alvo, converter essa finalidade ampla em requisitos tradutórios viáveis, em um ângulo prospectivo da função comunicativa (Nord, 2016, p. 44), garantindo que o texto funcione efetivamente.

O principal fator na definição do *skopos* é o público-alvo. Nord (2016, p. 30) enfatiza que as informações sobre o receptor, como seu contexto sociocultural e influenciabilidade, são de suma importância. O contexto penitenciário, de modo geral, configura-se como um possível fator situacional determinante para a recepção e interpretação de mensagens, onde uma tradução clara e objetiva deve ser apresentada ao público, o que frequentemente exige um grau significativo de adaptação (Nord, 2016, p. 56).

Nós gostaríamos de incluir a característica da adaptação no conceito de tradução, de maneira que as pessoas (ou seja, os utilizadores e iniciadores de traduções) compreendam o que realmente é a tradução. Se de fato ocorrer uma situação em que todos os fatores permaneçam inalterados (por exemplo, na tradução de uma comunicação interna para os funcionários de uma empresa internacional, que devem estar igualmente familiarizados com o assunto e com as respectivas culturas fonte e alvo), a característica da adaptação pode ter valor equivalente a zero neste processo específico de tradução (Nord, 2016, p. 56).

Essa adaptação não é uma falha na “fidelidade” (que é uma relação técnica de semelhança entre dois textos), mas sim um requisito funcional, no qual a “função-em-cultura” do TF deve ser comparada à função prospectiva do TA para identificar e adaptar os elementos necessários (Nord, 2016, p. 50).

Tal requisito funcional se traduz no princípio ético da lealdade. Nord (2016, pp. 62-63) define a lealdade como o compromisso bilateral do tradutor tanto com o emissor do TF (o tradutor do curso e a instituição educacional), quanto com o receptor do TA (o aluno agente ou gestor). A tradução pode, assim, envolver diferentes percentagens de adaptação em função do *skopos*, situando-se entre os polos da transcrição ou transliteração (máxima conservação formal) e da redação independente (máxima adaptação) (Nord, 2016, p. 64).

Na tipologia tradutória proposta por Nord (2025), são descritos dois tipos básicos de tradução: a documental e a instrumental. Enquanto a tradução documental centra-se na cultura-fonte e na situação comunicativa original, a tradução instrumental configura-se como um novo instrumento comunicativo na cultura-alvo, utilizando o texto-fonte apenas como base para construir um texto funcionalmente adequado ao público-alvo (Nord, 2025, *apud* Nord, [1997] 2018, pp. 45-50).

Essa distinção tipológica torna evidente que a escolha entre uma tradução documental ou instrumental impacta diretamente o modo como a terminologia especializada será tratada no texto traduzido. Quando se tratar de um material especializado, é inevitável que a tradução recorra a uma terminologia que defina e delimite a realidade que nele se expressa (Castellano Martínez, 2011, p. 193). A terminologia tem um papel relevante na transferência de conhecimento, e é imprescindível que um tradutor utilize terminologia adequada em seus textos, sendo inviável a tradução no caso de o profissional não possuir o conhecimento suficiente do âmbito de especialidade do texto (Cabré, 2000, p. 2, *apud* Castellano Martínez, 2011, p. 194).

Entretanto, o tradutor deve estar atento à natureza dessa linguagem especializada, pois a realidade institucional e jurídica, diferentemente da linguagem científica, não é universal (Cancino, 2003, p. 169, *apud* Castellano Martínez, 2011, p. 193). O sistema linguístico apresenta variações em relação às características das situações comunicativas que requerem uma adequação discursiva (Remenche, 2010, p. 345).

O material do curso *Comunicação Social Aplicada ao Sistema Penitenciário como Ferramenta de Prevenção e Gestão de Crise* utiliza termos técnicos que não

podem ser traduzidos sob a ótica da Teoria Geral da Terminologia (TGT), de Eugen Wüster (1898-1977). A TGT, baseada em um modelo positivista, buscava a univocidade universal dos conceitos, pressupondo um conhecimento científico neutro, de caráter prescritivo e normalizador (Remenche, 2010, pp. 351 e 353). Essa visão, no entanto, é restritiva para a realidade multifacetada do presente trabalho de conclusão de curso, pois desconsidera a dependência dos termos em relação à cultura e ao contexto.

Em contraste à TGT, Cabré oferece uma perspectiva mais adequada, a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT). Na TCT, a Unidade Terminológica (UT) não pode ser reduzida a um conceito preexistente: trata-se de uma unidade léxica cujo conteúdo e função variam de acordo com o contexto e situação de uso (Remenche, 2010, pp. 355 e 358):

A teoria que propomos pretende dar conta dos termos como unidades singulares e, em algumas vezes, similares a outras unidades de comunicação, dentro de um sistema global de representação da realidade, admitindo a variação conceitual e denominativa, considerando a dimensão textual e discursiva dos termos. (Cabré, 2000:120, *apud* Remenche, 2010, p. 357, tradução de Remenche.)

No contexto penitenciário, essa concepção é fundamental. As siglas como “SENAPPEN”, “CGU” ou “LAI” não são apenas abreviações, mas símbolos que remetem a estruturas institucionais e dispositivos legais. Traduzir ou adaptar tais siglas requer compreender não apenas sua equivalência lexical, mas também o seu peso simbólico e jurídico; portanto, sua tradução precisa considerar que não se deve romper com a coerência conceitual do sistema que a produz.

Complementando essa perspectiva, Javier Franco Aixelá (2013) aponta que termos e siglas que remetem a instituições nacionais devem ser tratados como Itens Culturais Específicos (ICEs) (Aixelá, 2013, p. 191). Os ICEs são referências linguisticamente representadas no texto-fonte que, ao serem transferidos para a língua alvo (LA), constituem um problema de tradução devido à inexistência ou ao diferente valor intertextual na cultura dos leitores do texto alvo (TA) (Aixelá, 2013, p 192).

Para o autor, a tradução desses elementos exige a avaliação de dois fatores principais: o grau de familiaridade do leitor com o termo e a função comunicativa que ele desempenha no texto. Aixelá sugere que, para lidar com os ICEs, o tradutor possui diversas soluções tradutórias, que podem ir desde a conservação (repetição) da forma

primária, onde se busca manter o máximo possível da obra original, mesmo que isso cause estranheza pelo leitor da LA, até a adaptação, que procura oferecer opções homólogas às nativas, ou explicação, quando a compreensão depende de contextualização adicional (Aixelá, 2013, p 192, 196-198).

Essa reflexão de Aixelá acerca dos ICEs contribui na compreensão das dificuldades na tradução das siglas, leis e referências administrativas. Como mencionado anteriormente, o tradutor pode utilizar dessas soluções tradutórias para decidir entre manter o termo original ou adaptá-lo para o público-alvo, garantindo a compreensão sem perder a precisão referencial.

Ao tratarem desse problema, Maio e Pereira (2024) recorrem aos estudos de Melo (2011, p.181), para afirmarem que o uso de barreiras linguísticas, como siglas ou estrangeirismos deve ser evitado, pois a eficácia de elementos que buscam “economizar” no discurso, como a sigla, só ocorre “se essas formações forem identificadas pelo receptor” (Maio; Pereira 2024, p. 281).

Em qualquer contexto de comunicação, o autor deve estar atento ao risco da pressuposição. Os emissores frequentemente imaginam que seus destinatários armazenam os mesmos referentes e que, dessa forma, compreenderão o enunciado (Maio; Pereira, 2024, p. 31-32). No contexto organizacional, presumir que o público entenderá automaticamente as mensagens institucionais representa um risco e reforça relações desiguais de hierarquia e poder (Maio; Pereira, 2024, p. 33). Quando o receptor não possui os mesmos saberes e crenças que serviram de base ao enunciador, cria uma dificuldade na troca de ideias, gerando situações de incomunicação, onde o outro não compreende, não se manifesta ou simplesmente “não está presente” (Maio; Pereira, 2024, p. 32-33).

À luz dessas perspectivas, compreende-se que a tradução de um material institucional e especializado exige não apenas o domínio das teorias tradutórias, mas também a capacidade de aplicá-las de forma estabelecida. No próximo capítulo dedicado à análise, dialogaremos com alguns desses autores, momento em que entenderemos onde esses princípios foram aplicados ao corpus.

## 1.2 A comunicação social no contexto penitenciário e sua relação com a tradução

No contexto do sistema penitenciário, a comunicação social apresenta características particulares e peculiares que a diferenciam de outros quadros institucionais, visto que lida com temas de alta sensibilidade, como segurança pública, criminalidade, direitos humanos e reintegração de indivíduos na sociedade.

Segundo Lee O. Thayer, “É a comunicação que ocorre dentro da organização e a comunicação entre ela e seu meio ambiente que a definem e determinam as condições da sua existência e a direção do seu movimento” (1972, p.120). Desse modo, essa comunicação atua como ferramenta estratégica de prevenção de crises e gestão dos fluxos comunicacionais internos e externos, uma vez que, para além da sociedade e instituições governamentais que receberão a mensagem, os próprios agentes penitenciários e servidores deverão ser comunicados e instruídos, de forma a garantir a coesão e credibilidade da organização.

Além disso, a comunicação social ajuda a construir a imagem simbólica do sistema penitenciário perante os *stakeholders* (as partes interessadas), assumindo, também, o papel de legitimar o discurso organizacional perante um público amplo, composto pela comunidade, órgãos jurídicos e executivos e os conselhos interessados. Não se trata apenas de transmitir informações, mas de moldar os significados criando uma narrativa que busque reafirmar a autoridade estatal e sua eficácia, conforme apontou Fairclough (2001, P. 117).

Ademais, nesse ambiente penitenciário não se pode deixar de considerar a dimensão internacional. A cooperação entre os países da América Latina objetiva promover a divulgação e adoção de práticas que visam ao fortalecimento da gestão penitenciária, buscando aumentar a eficiência de uma resposta ao crime organizado no sistema penitenciário (UNODC). Nesse cenário, a comunicação social articula-se com a tradução e com a diplomacia institucional, garantindo que informações estratégicas sejam disseminadas de forma clara e precisa.

Portanto, a comunicação social pode ser considerada uma ferramenta multifacetada, que integra estratégia, disseminação de informação, diplomacia e prevenção de crises, garantindo transparência à sociedade, cooperação internacional em matéria de segurança pública, e manutenção da ordem e imagem institucional.

Uma vez apresentados os referenciais teóricos que orientam este estudo, o capítulo seguinte dedica-se à descrição do material de análise e dos procedimentos metodológicos adotados.

## CAPÍTULO 2

### Descrição do corpus e metodologia

#### 2.1 Contexto institucional do curso

A Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN)<sup>1</sup> é o órgão pertencente ao Poder Executivo, subordinado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), responsável por acompanhar e controlar a aplicação da Lei de Execução Penal e das Diretrizes da Política Penitenciária Nacional, demandadas, principalmente, pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP). O órgão teve suas competências positivadas por meio dos artigos 71 e 72 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal.

Responsável pelo Sistema Penitenciário Federal, que possui como principais objetivos o isolamento das lideranças do crime organizado, cumprimento rigoroso da Lei de Execução Penal e custódia de presos condenados e provisórios sujeitos ao regime disciplinar diferenciado, a SENAPPEN também é encarregada da administração do Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN), criado pela Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994 e regulamentado pelo Decreto nº 1.093, de 23 de março de 1994. O FUNPEN tem como finalidade fornecer recursos e meios para auxiliar no financiamento de atividades e programas de modernização e aprimoramento do sistema penitenciário nacional.

Por meio do artigo 59 da Medida Provisória nº 1.154, em 1º de janeiro de 2023, o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) foi transformado na Secretaria Nacional de Políticas Penais, sem alteração de suas competências e execução de suas atividades.

Nesse contexto, no âmbito da SENAPPEN, destaca-se a atuação da Escola Nacional de Serviços Penais (ESPEN), criada por meio da portaria nº 3.123, de 3 de dezembro de 2012, com o objetivo de desenvolver e executar estratégias de formação, pesquisa, formulação de doutrina e aperfeiçoamento qualificado no âmbito do sistema penitenciário, de forma capaz de promover o aprimoramento técnico e profissional dos servidores da área penal.

---

<sup>1</sup> Informações disponíveis em <https://www.gov.br/senappen/pt-br>.

## 2.2 O curso analisado: natureza, finalidade e estrutura geral

O curso *Comunicação Social Aplicada ao Sistema Penitenciário como Ferramenta de Prevenção e Gestão de Crise*, ofertado pela Escola Nacional de Serviços Penais (ESPEN), tem caráter técnico e foi desenvolvido para capacitar servidores e gestores prisionais no âmbito da política penitenciária nacional. Sua versão em português foi elaborada pela própria ESPEN, enquanto a tradução para o espanhol foi produzida pela Universidade Federal de Santa Catarina.

O material está disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da ESPEN e organiza-se em dois módulos:

(a) Módulo 1 - Conceitos básicos de comunicação:

- Unidade 1: “O que é comunicação?”
- Unidade 2: “Quem emite a mensagem?”

Essas duas unidades, que compõem o Módulo 1, desenvolvem o conceito de comunicação, destacam a importância do emissor como representante institucional, a importância da escuta, da objetividade, da concisão e da formalidade nas comunicações oficiais e apresentam os meios de comunicação usados para transmissão de mensagens.

(b) Módulo 2 - Prevenção e gestão de crise de imagem.

Composto pela Unidade 1: “O desafio de comunicar o sistema penitenciário”.

Essa unidade aborda o conceito de crise e de crise de imagem, aponta para a ideia de que o sistema penitenciário tem o dever de comunicar, explica a importância do emissor para prevenir crises no sistema penitenciário, apresenta dados sobre gerenciamento de crise e aborda a importância da formação do gabinete de crise.

## 2.3 Recorte e constituição do corpus

Conforme apontado na introdução, o corpus desta pesquisa não corresponde à totalidade do curso, mas um recorte específico de seu conteúdo em português e da tradução correspondente ao espanhol. Para fins de análise, foram selecionados trechos em que aparecem:

- siglas;
- nomes de órgãos, instituições e cargos públicos;
- referências a leis, normas e instrumentos jurídicos brasileiros;

- outras menções administrativas e institucionais diretamente vinculadas ao sistema penitenciário brasileiro.

Esses segmentos foram considerados mais pertinentes ao objetivo da pesquisa por constituírem itens culturais cuja compreensão depende do conhecimento da realidade brasileira e do funcionamento de suas instituições. Assim, torná-los compreensíveis para gestores e servidores que atuam em outros sistemas penitenciários constitui um desafio tradutório relevante.

Foram desconsiderados fragmentos do curso de caráter mais geral, ou que não representavam um aspecto relevante para a discussão do problema de pesquisa.

Embora o foco da análise recaia sobre as siglas, o recorte também contempla outras referências administrativas que, ao serem traduzidas para o espanhol, podem representar dificuldades de comunicação. Esses elementos, mesmo que secundários na estrutura pedagógica do curso, tornam-se relevantes para compreender com o tradutor lidou com as informações especializadas entre diferentes sistemas institucionais.

## **2.4 Metodologia**

A coleta e o levantamento de dados foram feitos de forma integralmente online e documental, e envolveram três etapas principais: documentação, classificação e análise. Na fase de documentação, o corpus foi contextualizado, a fim de trazer informações acerca da criação, estrutura, especificação do público-alvo e os objetivos pedagógicos do curso. Essa fase foi primordial para auxiliar na compreensão da demarcação institucional e comunicacional do material.

A segunda etapa, a de organização e classificação dos dados, foi realizada com o auxílio do software Microsoft Word, onde foram criados quadros comparativos. Esses quadros foram organizados em quatro colunas. Duas delas foram destinadas a indicar a localização (o módulo, a página e o parágrafo em que o trecho está situado), posicionadas nas extremidades dos quadros. Já as outras duas estão localizadas no meio e apresentam os trechos analisados em português e espanhol, respectivamente.

No primeiro quadro, foram organizados todos os trechos considerados interessantes para análise em uma primeira leitura, incluindo menção às leis, órgãos institucionais e citação de materiais utilizados na formulação do corpus (Apêndice 1). No segundo quadro, a seleção foi mais específica, reunindo apenas as siglas, sendo elas explicadas ou não (Apêndice 2). Essa seleção específica das siglas foi motivada pelo

papel fundamental que elas desempenham na comunicação institucional. Além disso, por se tratar de referências a órgãos públicos e instrumentos legais, as siglas selecionadas constituem um campo relevante de observação das estratégias de tradução e dos processos de adaptação terminológica em contextos interculturais.

Durante esse processo, foram desconsiderados os fragmentos que não estavam relacionados com o foco da pesquisa, ou seja, os que não apresentaram implicações tradutórias significativas para a terceira etapa, a análise.

Por fim, na terceira etapa, a análise constituiu no exame das escolhas tradutórias e discursivas, considerando as particularidades institucionais e a necessidade de mediação intercultural. Nessa fase, buscou-se compreender quais decisões foram tomadas para a tradução (ou a falta dela) das siglas.

O processo envolveu a leitura integral do curso de forma cautelosa, para que as unidades de tradução relevantes pudessem ser identificadas e sistematizadas. A análise de siglas e referências legais nele contidas refletem em escolhas tradutórias e institucionais significativas. O estudo permite compreender como a tradução ou adaptação desses termos podem alterar a equivalência e clareza das informações em um contexto multilíngue, especialmente quando estão envolvidos materiais legais e administrativos distintos.

A presente pesquisa surgiu a partir da vivência no ambiente profissional que produziu e aplicou o curso analisado, o que possibilitou compreender de perto suas demandas comunicacionais. Importa destacar que o material do curso possui caráter restrito, não sendo amplamente disponibilizado ao público em geral.

O acesso ao conteúdo foi formalmente autorizado pela ESPEN. A autorização foi facultada pela Chefe da Divisão de Educação a Distância, Haynara Jocely Lima de Almeida, mediante concessão da sua chefe imediata, Stephane Silva de Araújo, Diretora da Escola Nacional de Serviços Penais. Esse procedimento assegurou que a disponibilização do curso observasse as normas institucionais de sigilo e responsabilidade. Tal autorização foi primordial para a viabilização da análise acadêmica, garantindo que a pesquisa fosse conduzida em conformidade com os princípios éticos, respeitando, assim, as instituições administrativas competentes.

Uma vez estabelecidos o contexto institucional, a estrutura do curso, o recorte adotado e a metodologia aplicada, passamos à análise das escolhas tradutórias que compõem o objeto central deste estudo.

### CAPÍTULO 3

#### Análise das escolhas tradutórias

Este capítulo dedica-se à análise de um recorte do conteúdo do curso “Comunicação Social Aplicada ao Sistema Penitenciário como Ferramenta de Prevenção e Gestão de Crise” e em sua tradução para o espanhol. Para compreender de que maneira a tradução lidou com elementos próprios do sistema penitenciário brasileiro, inicia-se a análise pela comparação entre os quadros introdutórios do material: a descrição do público-alvo e os objetivos do curso.

Quadro 1 - Descrição do público-alvo em português e espanhol

Português (original)	Espanhol (versão traduzida)
Público-alvo	Público objetivo
O curso tem o objetivo de promover a capacitação de servidores e gestores prisionais em âmbito nacional.	El curso tiene como objetivo promover la formación de servidores y administradores penitenciarios a nivel nacional.

Fonte: Apresentação do Curso “Comunicação social aplicada ao sistema penitenciário como ferramenta de prevenção e gestão de crise/*La comunicación social aplicada al sistema penitenciario como herramienta de prevención y gestión de crisis*”.

Quadro 2 - Objetivos do curso em português e espanhol

Português (original)	Espanhol (versão traduzida)
Objetivos do curso	Objetivos del curso
Este curso objetiva o aprendizado sobre comunicação e gestão de crises para evitar o comprometimento da reputação dos órgãos do sistema penitenciário e, principalmente, para os servidores sentirem-se confiantes em colaborar para que não aconteçam crises ou que estas sejam gerenciadas.	Este curso tiene como objetivo el aprendizaje sobre comunicación y gestión de crisis para no comprometer la reputación de los órganos del sistema penitenciario y, principalmente, para que los servidores se sientan seguros de colaborar para que las crisis no ocurran o sean gestionadas.

Fonte: Apresentação do Curso “Comunicação social aplicada ao sistema penitenciário como ferramenta de prevenção e gestão de crise/*La comunicación social aplicada al sistema penitenciario como herramienta de prevención y gestión de crisis*”.

A leitura comparada desses quadros evidencia não apenas a função pedagógica prevista para o material, mas também o grau de adaptação (ou ausência dela) na versão destinada a servidores falantes de espanhol. Trata-se de um público que atua em outra realidade institucional, sujeita a outro regime jurídico e administrativo. Isso torna relevante observar como essas diferenças são consideradas no processo tradutório.

Como indicado anteriormente, num primeiro momento, o foco central da análise recaiu sobre as siglas presentes no material. Contudo, ao aprofundar a leitura, observou-se um aspecto estrutural que não havia sido explicitado no documento: mesmo que traduzido ao espanhol e disponibilizado para outros países da América Latina, todo o material continuou voltado especificamente para a realidade brasileira. Não há notas ou orientações que indiquem ao leitor falante de espanhol que o conteúdo foi originalmente elaborado para um contexto institucional brasileiro, o que pode implicar em potenciais falhas de compreensão. Nesse sentido, calhou ressaltar não apenas as siglas, mas também a ausência dessa contextualização cultural fundamental, conforme aparece nos Quadros 1 e 2, que mostram uma tradução palavra por palavra.

Ao incorporar a tipologia de Nord, que distingue entre a tradução documental e a tradução instrumental, fica mais nítido como as escolhas foram feitas no corpus deste trabalho.

Nord (*apud* Nord, [1997] 2018, p. 45-50) caracteriza a tradução documental como uma forma de buscar preservar, “documentar”, as características do texto original, mantendo sua forma, terminologia e pragmática, de maneira que fique a cargo do leitor da cultura-alvo adaptar as referências culturais, institucionais ou dêiticas ao seu próprio entendimento (Nord, 2025, pp. 5-8, 10). Pode ser trabalhada por meio de uma tradução interlinear ou palavra por palavra (Nord, 2016), tendo como foco o sistema da língua fonte e sendo reproduzida para propósitos linguísticos; por tradução literal, reproduzindo a forma do texto-fonte “ao nível da palavra”; por tradução filológica, reproduzindo a forma e conteúdo do TF, podendo ter adição de paratextos; e por tradução exotizante, em que é enfatizada a diferença cultural (Nord, 2025, pp. 5-6).

Em contrapartida, a tradução instrumental funciona como a confecção de um novo texto, com o intuito de fazer com que a tradução seja recebida como um texto próprio da cultura-alvo. Diferentemente da tradução documental, que “documenta” a situação original, mantendo seus aspectos diferenciais, a tradução instrumental utiliza o TF apenas como matéria-prima para construir um novo texto, contextualizado para o receptor. Na tradução instrumental, o tradutor pode adaptar os elementos linguísticos, pragmáticos e culturais, a fim de garantir que o texto final cumpra a função comunicativa equivalente, como na tradução equifuncional; reorganizar a hierarquia funcional do original, como na tradução heterofuncional, ou buscar produzir um texto com nível similar ao TF, como na tradução homóloga (Nord, 2025, p. 6).

O material do curso é instrumental pela própria natureza, uma vez que a função do material traduzido para o espanhol é instruir um público estrangeiro. Para cumprir esse *skopos*, seria necessário adaptar referências culturais, administrativas e jurídicas à realidade do leitor falante de espanhol, com vistas a permitir que o texto funcionasse como um instrumento comunicativo totalmente inserido na cultura-alvo. No entanto, a tradução apresentada atua claramente de forma documental, pois mantém integralmente a perspectiva brasileira, reproduzindo a estrutura institucional, terminologia e referências específicas do contexto do Brasil, sem adaptar essas informações ao público estrangeiro que deverá utilizar o material. Ao manter intactos nomes de órgãos, siglas e referências culturais brasileiras, a tradução reproduz a pragmática da cultura-fonte, o que, conforme explica Nord (2025, pp. 7-8), transfere ao leitor da cultura-alvo a tarefa de interpretar elementos que não lhe pertencem.

Com relação à tradução das siglas, elas foram selecionadas considerando a posição que ocupam na compreensão do conteúdo, pois representam um dos principais pontos de possível ruído comunicativo na tradução. No quadro a seguir, são apresentadas as siglas identificadas e sua localização.

Quadro 3 - Seleção de siglas contextualizadas em português e espanhol

Português (original)	Localização	Espanhol (versão traduzida)	Localização
<p>“A partir de 1o de janeiro de 2023, o Departamento Penitenciário Nacional (<b>DEPEN</b>) passou a ser denominado [...]”</p> <p>“Destas, 93 falavam de dados comparativos do Departamento Penitenciário Nacional (<b>DEPEN</b>) [...]”</p> <p>“No mesmo período, a assessoria de comunicação do <b>DEPEN</b> publicou 74 notícias [...]”</p>	<p>Módulos 1 e 2 - Esclarecimento</p> <p>Módulo 1 - página 23</p> <p>Módulo 1 - página 24</p>	<p>“A partir del 1o de enero de 2023, el Departamento Penitenciario Nacional (<b>DEPEN</b>) pasó a denominarse [...]”</p> <p>“De estos, 93 hablaron de datos comparativos del Departamento Penitenciario Nacional (<b>DEPEN</b>) [...]”</p> <p>“En el mismo período, la oficina de comunicación de <b>DEPEN</b> publicó en su sitio web institucional 74 noticias [...]”</p>	<p>Módulos 1 e 2 - Aclaración</p> <p>Módulo 1 - página 24</p> <p>Módulo 1 - página 25</p>
<p>“[...] passou a ser denominado Secretaria Nacional de Políticas</p>	<p>Módulos 1 e 2 - Esclarecimento</p>	<p>“[...] pasó a denominarse Secretaría Nacional de Políticas</p>	<p>Módulos 1 e 2 - Aclaración</p>

Penais ( <b>SENAPPEN</b> ) [...]		Penales ( <b>SENAPPEN</b> ) [...]	
“No Brasil, a Lei n.º 7.210, de 11 de julho de 1984, mais conhecida como Lei de Execução Penal ( <b>LEP</b> ) [...]”	Módulo 1 - página 21	“En Brasil, la Ley n.º 7.210, de 11 de julio de 1984, mejor conocida como Ley de Ejecución Penal ( <b>LEP</b> ) [...]”	Módulo 1 - página 22
OAB	Módulo 1 - página 28  Infográfico que exemplifica os diferentes públicos que circulam no sistema penitenciário	OAB	Módulo 1 - página 29  Infográfico que exemplifica os diferentes públicos que circulam no sistema penitenciário
CNPCP	Módulo 1 - página 28  Infográfico que exemplifica os diferentes públicos que circulam no sistema penitenciário	CNPCP	Módulo 1 - página 29  Infográfico que exemplifica os diferentes públicos que circulam no sistema penitenciário
CNMP	Módulo 1 - página 28  Infográfico que exemplifica os diferentes públicos que circulam no sistema penitenciário	CNMP	Módulo 1 - página 29  Infográfico que exemplifica os diferentes públicos que circulam no sistema penitenciário
CNJ	Módulo 1 - página 28  Infográfico que exemplifica os diferentes públicos que circulam no sistema penitenciário	CNJ	Módulo 1 - página 29  Infográfico que exemplifica os diferentes públicos que circulam no sistema penitenciário
CJF	Módulo 1 - página 28  Infográfico que exemplifica os diferentes públicos que circulam no sistema penitenciário	CJF	Módulo 1 - página 29  Infográfico que exemplifica os diferentes públicos que circulam no sistema penitenciário
“Segundo Motta (2018), procurador-geral do Ministério Público de Contas ( <b>TCM-GO</b> ) [...]”	Módulo 2 - página 7	“Según Motta (2018), fiscal general del Ministerio Público de Cuentas ( <b>TCM-GO</b> ) [...]”	Módulo 2 - página 7
“[...] e professor da Universidade Federal de Goiás ( <b>UFG</b> ) [...]”	Módulo 2 - página 7	“[...] y docente de la Universidad Federal de Goiás ( <b>UFG</b> ) [...]”	Módulo 2 - página 7

“[...] publicado no site brasileiro <b>CONJUR</b> [...]”	Módulo 2 - página 7	“[...] publicado en el sitio brasileño <b>CONJUR</b> [...]”	Módulo 2 - página 7
“A transparência na administração pública é tratada por meio da Lei nº 12.527/2011, Lei de Acesso à Informação ( <b>LAI</b> ) [...]”	Módulo 2 - página 8	“La transparencia en la gestión pública se trata a través de la Ley n.º 12.527/2011, Ley de Acceso a la Información ( <b>LAI</b> ) [...]”	Módulo 2 - página 8
“[...] observada por meio de fiscalização de órgãos de controle como a Controladoria Geral da União ( <b>CGU</b> ) [...]”  “[...] compilação de obrigações, elaborada pela Controladoria Geral da União ( <b>CGU</b> ) [...]”	Módulo 2 - página 8	“[...] la cual se observa a través de la fiscalización de órganos de control como la Contraloría General de la Unión ( <b>CGU</b> ) [...]”  “[...] compilación de obligaciones, elaborada por la Contraloría General de la Unión ( <b>CGU</b> ) [...]”	Módulo 2 - página 8
“Segundo o Instituto de Gestão de Crises ( <b>ICM</b> ), a crise seria [...]”	Módulo 2 - página 13	“Según el Instituto de Gestión de Crisis ( <b>ICM</b> ), una crisis sería [...]”	Módulo 2 - página 13

Fonte: Curso “Comunicação social aplicada ao sistema penitenciário como ferramenta de prevenção e gestão de crise/*La comunicación social aplicada al sistema penitenciario como herramienta de prevención y gestión de crisis*”.

Como mencionado na fundamentação teórica, Aixelá classifica siglas institucionais como Itens Culturais Específicos (ICEs) (Aixelá, 2013, p. 191). Em situações nas quais já existe uma “tradução socialmente aceita”, a tradição da língua de chegada tende a impor uma forma de tradução estabilizada (Aixelá, 2013, pp. 205-206).

Por outro lado, quando não existe essa tradição consolidada, a norma tende a seguir o caminho oposto: manter a sigla original e fornecer uma explicação ou tradução do nome completo.

Aixelá também ressalta que mudanças nesses padrões ocorrem somente quando “uma nova norma tradutória [...] impulsiona a mudança de um hábito coletivo” (Aixelá, 2013, p. 206). Isso reforça que, no caso das siglas brasileiras pouco conhecidas internacionalmente, não há base cultural que justifique a criação de uma sigla nova na língua de chegada.

No âmbito da tradução, um ICE não existe de forma isolada, ele surge como resultado de um conflito entre a referência presente no TF e os conflitos de inexistência

ou valor (usos e ideologias da cultura receptora) (Aixelá, 2013, p. 192). Esse choque cultural é o que exige do tradutor uma ação, que tomará como ponto de partida as normas tradutórias, como convenções de gênero, intertextualidade, credibilidade, interferência etc., as quais são esperadas pelos iniciadores e/ou receptores (Aixelá, 2013, p. 193).

Aixelá propõe que esse conflito seja administrado através de uma sequência de estratégias, que podem variar entre a conservação e a substituição do ICE. Manter o ICE em sua forma original, por meio da repetição, demonstra respeito pela cultura de origem, mas, por outro lado, pode aumentar o caráter exótico e arcaico do item. Isso se deve ao fato de que “algo absolutamente idêntico, mesmo em seu componente gráfico, pode ser absolutamente diferente em sua percepção coletiva” (Aixelá, 2013, pp. 196-197).

Existe, também, outras formas de conservação, como a tradução linguística (não-cultural), que busca aproximar o ICE de um equivalente denotativo reconhecível, como acontece com unidades de medida, moedas ou instituições análogas, enquanto as explicações extratextuais (notas e glossários) ou intratextuais (comentários em partes indistintas do texto) são utilizadas quando a compreensão não é garantida apenas pela forma, de maneira que amplie o sentido explícito do texto e reduza as ambiguidades (Aixelá, 2013, pp. 197-198).

À medida que se afasta da cultura de origem, o tradutor pode optar pela substituição, mediante procedimentos como os sinônimos (evitam repetições excessivas), universalização limitada ou absoluta (que escolhem um ICE mais familiar dentro da mesma cultura ou neutraliza completamente as conotações culturais), naturalização (incorpora o ICE ao repertório cultural da LA), eliminação (quando o item é considerado irrelevante ou inaceitável) e a criação autônoma (acrescentando elementos inexistentes para auxiliar na compreensão) (Aixelá, 2013, pp. 199-201). Essas estratégias deixam claro que traduzir ICEs implica decidir até que ponto se deseja aproximar ou distanciar culturalmente do leitor do TF.

No contexto do corpus, todas as siglas que apareceram utilizaram a estratégia de conservação por repetição, conforme a tipologia proposta por Aixelá (2013). Nenhuma sigla foi adaptada, recriada ou substituída por equivalentes funcionais na língua-alvo, todas foram mantidas exatamente como aparecem no texto-fonte. Nos casos em que o nome por extenso acompanhava a sigla, observou-se apenas a tradução completa para fins de compreensão.

Maio e Pereira (2024) alertam que o uso de siglas pode retardar o processamento cognitivo, ao exigirem do leitor um esforço adicional para decodificar tanto a pronúncia, quanto o significado. Os autores explicam que as siglas funcionam como “representações gráficas distintas”, que desaceleram a leitura e podem interromper a compreensão quando o leitor não reconhece a referência (Maio; Pereira, 2024, p. 30-31).

Com relação ao corpus analisado, esse risco é ainda maior, pois trata-se de um público que, apesar de estar tendo acesso ao material traduzido para sua língua materna, não está inserido na cultura administrativa brasileira. Portanto, quando o material apresenta siglas sem explicitação prévia, como ocorreu em alguns trechos, cria-se uma barreira comunicacional semelhante à descrita por Maio e Pereira:

o interlocutor precisará de um tempo maior para decifrar o significado [...] e contextualizar essa sigla no restante do enunciado. [...] Caso não tenha noção do que significa [...] e manifeste interesse no assunto, precisará interromper a leitura para perguntar a alguém ou pesquisar em outras fontes. (Maio; Pereira, 2024, p. 30-31)

Esse esforço cognitivo adicional, num contexto formativo que depende da transmissão clara de informações técnicas, pode gerar incompreensão ou perda de sentido, especialmente quando a sigla representa uma realidade administrativa inexistente no país do leitor.

Quando se pensa sobre as orientações relativas à norma-padrão do espanhol para o uso e tradução de siglas, a Real Academia Espanhola (*Real Academia Española*, RAE), instituição responsável por tutelar, de forma oficial, a língua espanhola, oferece uma série de normas para traduzi-las.

A instituição orienta a, sempre que possível, hispanizar as siglas, como é o caso da OTAN (em espanhol, *Organización del Tratado del Atlántico Norte*), ao invés de *NATO* (*North Atlantic Treaty Organization*) e da ONU (em espanhol, *Organización de las Naciones Unidas*), no lugar de *UN* (*The United Nations*). Essa regra se aplica a todas as siglas estrangeiras, salvo em casos de uso estabelecido da sigla e sua dificuldade com a tradução para o espanhol, ou quando se trata de nomes comerciais, como é o exemplo de Unesco (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*) ou IBM (*International Business Machines*). Nesses casos, a forma original deve ser mantida.

Além disso, recomenda manter em seu idioma original as siglas correspondentes às entidades restringidas a países estrangeiros sem correspondência no próprio país, como ocorre em *IRA (Irish Republican Army)*.

No corpus em análise, siglas como OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), CNPCP (Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária), CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público), CNJ (Conselho Nacional de Justiça), CJF (Conselho da Justiça Federal) e CONJUR (Consultoria Jurídica) designam estruturas jurídicas e administrativas cujos referentes não possuem equivalentes funcionais exatos na administração pública de outros países.

A estratégia adequada a esse tipo de sigla seria manter a sigla original, como foi feito pelo tradutor, mas, entre parênteses, inserir o nome completo do órgão ou instituição traduzidos e, caso necessário, indicar o nome original completo, a depender do grau de tecnicidade do público-alvo.

Em materiais como o do curso em questão, a opção por elucidar a referência na primeira ocorrência aumenta a probabilidade de compreensão do leitor estrangeiro, que pode não estar familiarizado com a estrutura administrativa brasileira.

Em algumas siglas pode-se ver a utilização dessa estratégia, como em UFG (Universidade Federal de Goiás, traduzido como *Universidad Federal de Goiás*), Ministério Público de Contas (TCM-GO) (traduzido como *Ministerio Público de Cuentas - TCM-GO*) e Controladoria Geral da União - CGU (traduzido como *Contraloría General de la Unión - CGU*).

No caso de ICM - Instituto de Gestão de Crises, a sigla foi mantida no idioma original, o inglês, e traduzida para *Instituto de Gestión de Crisis*. Mesmo sendo uma instituição de consultoria norte-americana que é amplamente referenciada no Brasil, o ICM não possui um correspondente institucional brasileiro com essa sigla e finalidade reconhecida no âmbito governamental ou judicial brasileiro.

Quanto à LAI - Lei de Acesso à Informação, embora existam leis análogas em outros países, como a *Freedom of Information Act (FOIA)*, dos Estados Unidos, a *Ley General de Transparencia y Acceso a la Información Pública*, do México, a *Ley de Transparencia, Acceso a la Información Pública y Buen Gobierno*, da Espanha, a *Freedom of Information Act 2000*, do Reino Unido, e a *Ley de Acceso a la Información Pública*, da Argentina, a sigla presente no material do curso faz referência à legislação brasileira específica. Portanto, seguindo a RAE, mantém-se LAI e traduz-se apenas a denominação por extenso, conforme foi feito pelo tradutor com *Lei de Acceso a la*

*Información.* O mesmo acontece no caso da LEP - Lei de Execução Penal (traduzido para *Ley de Ejecución Penal*), onde os países discutem os aspectos da vida prisional, direitos e deveres dos presos e demais normas relativas às execuções das penas. Porém, cada país organiza sua execução penal de acordo com seus próprios sistemas jurídicos e políticas penitenciárias, de forma que a lei mencionada é adequada somente à realidade brasileira.

Analisando o corpus deste trabalho, o tipo de tradução descrita por Nord (2025) que mais descreve as escolhas tradutórias apresentadas é a tradução documental. Isso se baseia na percepção de que as siglas foram preservadas, a estrutura institucional da cultura-fonte foi mantida, não há criação ou adaptação de um novo texto para a cultura-alvo e a função comunicativa permanece vinculada à referência original. O curso traduzido manteve a preservação das siglas nacionais, com a utilização de uma tradução exotizante, a qual deixou clara a divergência entre as culturas.

Assim, a análise evidencia como as escolhas tradutórias impactam a inteligibilidade do conteúdo e de que maneira operam diante das demandas comunicativas de um curso cuja função não se realiza plenamente na cultura de chegada. Ao optar por soluções documentais, a tradução mantém o material ancorado à realidade institucional brasileira. O desalinhamento entre *skopos* e estratégia tradutória ajuda a compreender por que determinados trechos podem gerar opacidade, o que compromete parcialmente a função pedagógica pretendida para a versão do curso em espanhol.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar de que forma a tradução de um curso originalmente elaborado para agentes e gestores penitenciários brasileiros se adequa, ou não, às necessidades comunicativas de um público estrangeiro, identificando quais estratégias tradutórias foram empregadas e em que medida elas atendem ao *skopos* funcional do material.

A análise mostrou que, embora o curso seja, pela própria natureza, um material de caráter instrumental, destinado a instruir profissionais de outra cultura, a tradução realizada se mantém predominantemente documental, presa à cultura-fonte e aos elementos jurídicos, administrativos e institucionais do Brasil, mantendo as siglas, nomes de órgãos e normas jurídicas brasileiras sem notas explicativas, além da inexistência de esclarecimentos sobre a forma monocultural do curso.

Como limitação, pelo caráter institucional do curso, que implica em uma adoção mais “sigilosa” no trato de seus materiais, reconhece-se que a análise se concentrou em um recorte muito específico do material, sem abranger todo o conteúdo do curso ou avaliar na prática a recepção do texto pelo tradutor e pelo público da cultura-alvo.

Finalmente, esta pesquisa se encerra apontando aos interessados no campo de tradução técnica e institucional a possibilidade de realizar estudos comparativos entre traduções de cursos apresentados a outros países, verificando se a tendência à tradução documental é recorrente em contextos institucionais e se, apesar dos obstáculos culturais, o objetivo pôde ser alcançado.

## REFERÊNCIAS

- AIXELÁ, J. Itens culturais-específicos em tradução. Tradução de Mayara Matsu Marinho e Roseni Silva. In-Traduções, Florianópolis, v. 5, n. 8, 2013.
- BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Políticas Penais. Disponível em <https://www.gov.br/senappen/pt-br/assuntos/espen/bkp/capa-espen>. Acesso em: 29 jul. 2025
- CASTELLANO MARTÍNEZ, J. M. La traducción al español de textos jurídicos-institucionales franceses: principales parámetros orientados a los alumnos de Traducción e Interpretación. *Íkala*, Revista de Lenguaje y Cultura, v. 16, n. 27, p. 191–214, 2011. Disponível em [http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S012334322011000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S012334322011000100008&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 17 out. 2025.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- MAIO, Ana Maria Dantas de; PEREIRA, Marcelo da Silva. O risco da pressuposição e a certeza da incomunicação: reflexões sobre o uso indiscriminado de siglas na comunicação organizacional. In: Wilson da Costa Bueno. (Org.). **O Jornalismo na comunicação organizacional: um campo em movimento**. 1ed. São Paulo: JORCOM/ Comtexto Comunicação e Pesquisa, 2024, v. 1, p. 26-36. Disponível em <https://jorcom.jor.br/e-book/>. Acesso em: 17 out. 2025.
- NORD, Christiane. **Análise textual em tradução: bases teóricas, métodos e aplicação didática**. Coordenação da tradução e adaptação de Meta Elisabeth Zipser. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2016. (Coleção Transtextos, v. 1).
- NORD, Christiane. *Skopos* e (in)certeza: Como tradutores/as funcionais lidam com a dúvida. Revista **Belas Infiéis**, Brasília, v. 14, n. 2, p. 01-21, 2025. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/belasinfieis/article/view/54586>. Acesso em: 01. nov. 2025.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Justiça criminal, reforma prisional e prevenção à violência. Disponível em :[https://www.unodc.org/cofrb/pt/projetos/justica-criminal-reforma-prisional-prevencao-violencia/pris-coop.html?utm\\_source](https://www.unodc.org/cofrb/pt/projetos/justica-criminal-reforma-prisional-prevencao-violencia/pris-coop.html?utm_source). Acesso em: 08 set. 2025.
- RAE. Real Academia Española y Asociación de Academias de la Lengua Española. **Sigla**. Disponível em: <https://www.rae.es/dpd/sigla>. Acesso em: 06 out. 2025.
- REMENCHE, Maria de Lourdes Rossi. Terminologia - Reconstrução histórica dos principais paradigmas epistemológicos da ciência terminológica. **Tradterm**, São Paulo, Brasil, v. 16, p. 343–364, 2010. Disponível em: <https://revistas.usp.br/tradterm/article/view/46324>. Acesso em 29 jul. 2025.

THAYER, L. O. **Princípios de comunicação na administração**: comunicação e sistemas de comunicação na organização da administração e relações internas. Edição 1. São Paulo: Atlas, 1972.

## APÊNDICES

### Apêndice 1. Seleção dos trechos de análise

LOC.	PORTUGUÊS	ESPAÑHOL	LOC.
Módulo 1 Pág. 21 3º parágrafo	O sistema penitenciário brasileiro atualmente é normatizado por leis vigentes no nosso país e deve cumprir também normativos internacionais, como as Regras Mínimas das Nações Unidas para Tratamento de Reclusos – Regras de Mandela.	El sistema penitenciario brasileño actualmente está regulado por las leyes vigentes en nuestro país y también debe cumplir con las normas internacionales, como las Reglas Mínimas para el Tratamiento de los Reclusos de las Naciones Unidas - Reglas Mandela.	Módulo 1 Pág. 22 3º parágrafo
Módulo 1 Pág. 21 3º parágrafo	No Brasil, a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, mais conhecida como Lei de Execução Penal (LEP), foi criada com o objetivo de proporcionar condições harmônicas de integração social do condenado, buscando a individualização da pena, direitos como assistência material, saúde, educação e trabalho e deveres como obediência, comportamento disciplinado, urbanidade e respeito.	En Brasil, la Ley n.º 7.210, de 11 de julio de 1984, mejor conocida como Ley de Ejecución Penal (LEP), fue creada con el objetivo de brindar condiciones armoniosas para la integración social de los condenados, buscando la individualización de la pena, derechos como la asistencia material, la salud, la educación y el trabajo y deberes como la obediencia, comportamiento disciplinado, urbanidad y respeto.	Módulo 1 Pág. 22 3º parágrafo
Módulo 1 Pág. 23 4º parágrafo	Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN)	Departamento Penitenciario Nacional (DEPEN)	Módulo 1 Pág. 24 4º parágrafo
Módulo 1 Pág. 28 Primeira parte do infográfico	Ministério Público do Trabalho	Ministerio Público del Trabajo	Módulo 1 Pág. 29 Primeira parte do infográfico
Módulo 1 Pág. 28 Infográfico	OAB CNPCP CNMP CNJ CJF	OAB CNPCP CNMP CNJ CJF	Módulo 1 Pág. 29 Infográfico
Módulo 1 Pág. 31	Por isso, com base na obra “Comunicação eficiente: como escrever mensagens com clareza, concisão e funcionalidade” (2020), de Vivian	Por eso, con base en el trabajo “Comunicação eficiente: como escrever mensagens com clareza, concisão e funcionalidade” (2020), de	Módulo 1 Pág. 32

3º parágrafo	Rio Stella, veja algumas dicas de como se comunicar com eficácia.	Vivian Rio Stella, a continuación se presentan algunos consejos sobre cómo comunicarse de manera efectiva.	3º parágrafo
Módulo 1 Pág. 32 2º parágrafo	No Brasil, por exemplo, há o Manual de Redação da Presidência da República (BRASIL, 2018). Nele, há normas de comunicação para uso na administração pública federal que norteiam quanto às regras e técnicas do uso da língua portuguesa para comunicações oficiais.	En Brasil, por ejemplo, existe el Manual de Redacción de la Presidencia de la República (BRASIL, 2018). En él, hay reglas de comunicación para uso en la administración pública federal que orientan las reglas y técnicas para el uso del idioma portugués para las comunicaciones oficiales.	Módulo 1 Pág. 33 2º parágrafo
Módulo 2 Pág. 7 5º parágrafo	Ministério Público de Contas (TCM-GO) Universidade Federal de Goiás (UFG) CONJUR	Ministerio Público de Cuentas (TCM-GO) Universidad Federal de Goiás (UFG) CONJUR	Módulo 2 Pág. 7 5º parágrafo
Módulo 2 Pág. 7 6º parágrafo	No Brasil, o princípio da publicidade está presente no caput do artigo 37 da Constituição Federal.	En Brasil, el principio de publicidad está presente en el caput del artículo 37 de la Constitución Federal.	Módulo 2 Pág. 7 6º parágrafo
Módulo 2 Pág. 8 2º parágrafo	Lei de Acesso à Informação (LAI) Controladoria Geral da União (CGU)	Ley de Acceso a la Información (LAI) Contraloría General de la Unión (CGU)	Módulo 2 Pág. 8 2º parágrafo
Módulo 2 Pág. 13 2º parágrafo	Instituto de Gestão de Crises (ICM)	Instituto de Gestión de Crisis (ICM)	Módulo 2 Pág. 13 2º parágrafo
Módulo 2 Pág. 20 3º parágrafo	No serviço público federal, por exemplo, o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, aprovou o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, que traz informações relevantes sobre o comportamento do servidor público federal. (aqui cita, também, o inciso V e VI)	En la función pública federal, por ejemplo, el Decreto N° 1.171, de 22 de junio de 1994, aprobó el Código de Ética Profesional de los Servidores Públicos del Poder Ejecutivo Federal, que brinda informaciones relevantes sobre la conducta de los servidores públicos federales. (aqui cita, también, o inciso V e VI do decreto BR)	Módulo 2 Pág. 20 3º parágrafo

## Apêndice2. Seleção das Siglas

LOC.	PORTUGUÊS	ESPAÑHOL	LOC.
Módulo 1 Esclarecime	Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN)	Secretaría Nacional de Políticas Penales (SENAPPEN)	Módulo 1 Aclaración

nto			
Módulo 1 Pág. 23 4º parágrafo	Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN)	Departamento Penitenciario Nacional (DEPEN)	Módulo 1 Pág. 24 4º parágrafo
Módulo 1 Pág. 28 Infográfico	OAB	OAB	Módulo 1 Pág. 29 Infográfico
	CNPCP	CNPCP	
	CNMP	CNMP	
	CNJ	CNJ	
	CJF	CJF	
Módulo 2 Pág. 7 5º parágrafo	Ministério Público de Contas (TCM-GO)	Ministerio Público de Cuentas (TCM-GO)	Módulo 2 Pág. 7 5º parágrafo
	Universidade Federal de Goiás (UFG)	Universidad Federal de Goiás (UFG)	
	CONJUR	CONJUR	
Módulo 2 Pág. 8 2º parágrafo	Lei de Acesso à Informação (LAI)	Ley de Acceso a la Información (LAI)	Módulo 2 Pág. 8 2º parágrafo
	Controladoria Geral da União (CGU)	Contraloría General de la Unión (CGU)	
Módulo 2 Pág. 13 2º parágrafo	Instituto de Gestão de Crises (ICM)	Instituto de Gestión de Crisis (ICM)	Módulo 2 Pág. 13 2º parágrafo